

7ª e 8ª horas

# Sindicato pede interferência do Ministério do Trabalho

O Sindicato participou de audiência com o secretário de Relações do Trabalho, Luiz Antônio de Medeiros, para pedir a interferência do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no embate com a Caixa sobre a questão das 7ª e 8ª horas. Participaram do encontro o secretário-geral do Sindicato, Enilson da Silva, o diretor Jair Pedro Ferreira e a deputada distrital Erika Kokay (PT).

A reunião ocorreu em atendimento a ofício enviado pela diretoria do Sindicato para discutir a decisão do banco de emitir circular interna penalizando justamente os bancários do quadro técnico e de assessoramento que movem ação na Justiça pelo retorno à jornada de 6 horas sem punição remuneratória.

“Expusemos os problemas enfrentados pelos bancários que estão sob o alcance da circular interna 293, além de questionarmos a legitimidade da decisão do banco de punir esses funcionários mesmo estando no direito que lhes é assegurado na Constituição, que é o de recorrer à Justiça”, reiterou o secretário-geral do Sindicato, Enilson da Silva.

Em resposta, o secretário Luiz Antônio de Medeiros pediu ao Sindicato que elabore relatório constando todo o histórico da questão das 7ª e 8ª horas, desde a sua ori-



Da esq. para a dir.: o diretor do Sindicato Jair Pedro Ferreira; o secretário de Relações do Trabalho, do MTE, Luiz Antônio de Medeiros; a deputada distrital Erika Kokay; e o secretário-geral do Sindicato, Enilson das Silva

gem, e que envie o documento ao ministro Carlos Lupi, por intermédio de ofício, solicitando a intervenção do MTE. O relatório será entregue ainda esta semana. “O Sindicato vai continuar atuando em diversas frentes na tentativa de reverter a medida, seja nas instâncias jurídicas, seja na governamental”, complementou o diretor do Sindicato Jair Pedro Ferreira.

## Luta na Justiça continua

O embate com o banco continua na Justiça, mesmo após o juiz Denílson Barbosa Coelho, titular da 4ª Vara do Trabalho de Brasília, proferir decisão contrariamente aos bancários no último dia 30 de março,

quando revogou liminar concedida ao Sindicato que suspendia a aplicação coletiva em Brasília da circular interna 293.

Como foi de primeira instância, da decisão coube recurso. A assessoria jurídica do Sindicato já inter pôs recurso ordinário junto ao Tribunal Regional do Trabalho pleiteando a reforma da decisão.

# Sindicato protesta na Matriz em dia nacional de luta pela isonomia

O Sindicato realiza nesta quinta-feira 14, a partir do meio-dia, manifestação em frente à Matriz para marcar o Dia Nacional de Luta pela Isonomia entre antigos e novos funcionários dos bancos públicos federais. Bancários do Banco do Brasil, do BNB (Banco do Nordeste) e do Basa (Banco da Amazônia) também vão protestar em todo o país, cumprindo o calendário da campanha sobre o tema, lançada pela Contraf-CUT no último dia 17 de abril.

“O objetivo é pressionar o Congresso Nacional para aprovar o projeto de lei dos deputados Inácio Arruda (PCdoB/CE) e Daniel Almeida (PCdoB/BA), que regulamentam a questão”, explicou o presidente do Sindicato, Jacy Afonso. “Os bancários devem participar em massa, como forma de incrementar e dar seqüência à campanha. Precisamos lutar para garantirmos a aprovação do projeto que vai ao encontro das reivindicações do movimento sindical bancário”.

Segundo o projeto, a isonomia entre os funcionários

dos quatro bancos federais compreende “aos mesmos direitos salariais, benefícios diretos e indiretos e vantagens que gozam os empregados admitidos em período anterior às normas referenciadas”, além de garantir as mesmas “vantagens decorrentes das convenções coletivas, incluindo-se, ainda, a equidade de direitos referentes aos critérios de contribuições proporcionais e acesso aos programas dos órgãos de previdência privada cuja instituição empregadora for patrocinadora”.

## Decisão de restringir acesso à internet é antiquada e anacrônica

É no mínimo um contrassenso e um retrocesso nas relações de trabalho a edição pela Caixa Econômica da circular interna que restringe o uso da internet pelos bancários a acessos a sites com domínio “.com” (ponto com). Pelas novas regras, só são permitidas consultas a sítios com domínio “.gov”, “.edu” e “.org”.

O tema constituiu pauta da última rodada das negociações permanentes entre o movimento sindical e a dire-

ção do banco, que, após pressão dos representantes dos trabalhadores, recuou num ponto da circular, e vai ampliar o acesso a endereços “.com” desde que sejam de entidades representativas.

A Caixa caminha na contramão das grandes instituições, além de seguir por fora num mundo cada vez mais competitivo, onde o acesso a informações se tornou fator determinante para uma boa colocação no mercado de trabalho. “Sem falar no caráter

generalizante da circular, por tentar conter excessos de meia-dúzia de funcionários penalizando a todos. É muito antiquado tudo isso, anacrônico”, afirmou Enilson da Silva, diretor do Sindicato.

“É uma decisão ultrapassada, arbitrária, retrógrada. Nada justifica uma política de censura como essa. Pode haver controle, mas sem que se coíba o uso da internet desta maneira. Enquanto o mundo caminha para frente, a Caixa dá marcha à ré”.